

MULHERES E VIOLÊNCIAS: A HUMILHAÇÃO PELA PALAVRA NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Ana Paula Peron

*Minha vida começa num vergel colorido,
por onde as noites eram só de luar e estrelas.
Levai-me aonde quiserdes! – aprendi com as primaveras
a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira.
(Cecília Meireles)*

Uma violência que (se) arrebenta em palavra

Pensar a relação entre mulheres e as muitas violências que cotidianamente lhes alcançam, nas distintas esferas da vida, é algo sofrido. A despeito de todas as lutas, percursos, avanços e conquistas femininas, a violência contra a mulher continua existindo e se apresenta de muitos modos; extremamente “democrática”, essa prática não escolhe a quem atingir: basta que seja mulher. É certo que muito se tem falado acerca das violências contra a mulher e, por isso, é lugar-comum dizer que este tema que me proponho a discutir não é novo. Mesmo assim, quero, com a insistência de mulher, continuar me embrenhando nestes caminhos nos quais ainda há muita estrada para se percorrer.

No caminho pelo qual me leva esta reflexão, gostaria de tomar como alvo uma porção daquela violência que não se mostra no corpo, mas se manifesta enquanto ferida invisível que devasta vidas e sonhos: a violência psicológica. Falar sobre essa ferida permanece urgente e necessário, uma vez que tal prática se desenha, muitas vezes, como algo sutil e até mesmo naturalizado, sobretudo, nas relações conjugais. Dada sua difícil mensuração e ausência de marcas visíveis e fisicamente “diagnosticáveis”, ainda é comum que a violência psicológica sofra certo apagamento em relação às outras formas de violência contra a mulher.

Essa prática tão nefasta se materializa de inúmeras formas e, de acordo com a Lei Maria da Penha, se relaciona a condutas que causam “dano emocional e diminuição da autoestima”, atrapalham o “pleno desenvolvimento” da mulher, ou ainda, que visam “degradar ou controlar [...] ações, crenças, comportamentos e decisões”, causando “prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação” feminina (BRASIL, 2006, art. 7º).

Dentre as muitas formas sob as quais a violência psicológica ocorre, uma que fez meu olhar demorar-se durante a pesquisa de doutorado foi a da humilhação. Demorando-me, pois, sobre esse ponto, pude observar que, nos relatos de mulheres que sofre(ra)m os efeitos da violência doméstica e familiar em suas relações conjugais, enunciar a humilhação a que eram submetidas por seus parceiros consistia em uma regularidade.

Encontrei-me com tais relatos, que compuseram o *corpus* dessa minha pesquisa, ao ouvir mulheres que, para enfrentar tal violência, buscaram atendimento em um Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher, situado em um bairro de periferia da capital paulista. Nessa instituição – que não é um abrigo, mas um lugar de acolhimento e orientação para mulheres em condição de violência doméstica e familiar – eu passei longas horas ouvindo narrativas e memórias de vidas permeadas e constituídas por violências de todos os tipos, mas que enunciavam, quase sempre, a respeito de humilhações sofridas pela violência no relacionamento afetivo-conjugal. Ao me contarem sobre as práticas de humilhação que o parceiro exercia sobre elas, as mulheres discursivizavam o sentimento de humilhação que tais práticas lhes ocasionava.

Assim, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso de vertente pecheuxiana, tal recorrência me permitiu dizer que, na condição de violência, o sentimento de humilhação é um indício, um sintoma (aquilo que se mostra) da violência conjugal, de modo que a humilhação funciona enquanto algo próprio de uma mulher constituída, também ela, pela violência. Ou seja: na condição de violência conjugal, ser mulher é ser um sujeito constituído pelo sentimento de humilhação (PERON, 2016).

Consistindo este texto em um recorte da referida pesquisa, proponho-me a realizar aqui um gesto de leitura sobre o modo pelo qual o sentimento de humilhação é discursivizado e produz efeitos de sentido no campo do que é dito e que se materializa pela retomada da fala do outro nos

relatos dessas mulheres em *condição* de violência conjugal¹. Para tanto, percorro os relatos nos pontos em que o parceiro humilha a mulher em sua condição de mulher-amante, e tomo enquanto materialidade linguística de análise a narração das palavras humilhantes que ele utiliza para se referir a ela. Pousar o olhar sobre tal modo de discursivizar essa violência é, pois, o meu empenho agora.

O sentimento de humilhação enquanto discurso

Pensar os sentimentos enquanto discurso implica, primeiramente, refletir sobre as formas de interpelação ideológica do sujeito, que é considerado enquanto uma posição em uma formação social – determinado, pois, ideologicamente – e não enquanto sujeito empírico, “senhor e centro” de seus atos, uma vez que ele está sujeito à língua, na história, para significar, e suas palavras produzem (efeitos de) sentido conforme as posições que o sujeito assume ao se identificar com uma determinada formação discursiva. Como explica Leandro Ferreira (2003, p. 43),

[...] na teoria do discurso, abandona-se a categoria do sujeito empírico, do indivíduo, e trabalha-se com um sujeito dividido, com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas.

De acordo com Orlandi (2002, p. 65), o sujeito é “[...] posição entre outras, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”. Dessa

¹ Gostaria de esclarecer o motivo de utilizar a expressão *condição* e não *situação* de violência conjugal. Na formulação *situação* de violência conjugal, a violência é significada como um fato pontual, localizado no espaço e no tempo; uma “situação”, portanto. Em outras palavras, a violência contra a mulher passa a ser classificada, categorizada em oposição a gestos (também pontuais) de não violência. Assim, a expressão *em situação* de não especifica qualquer duração, mas deixa implícita a existência de uma duração. Já a *condição* remete a processos históricos que se referem à subordinação da mulher em relação ao homem em uma sociedade de modelos patriarcais; um processo histórico que coloca a mulher como objeto de grandes discriminações – expressão que figura na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (ONU, 1979). Dessa forma, em face de toda a condição histórica de discriminação da mulher em nossa sociedade, parece-me mais pertinente falar de mulheres em *condição* de violência.

forma, na perspectiva materialista da Análise de Discurso, a subjetividade é, pois, deslocada do campo biológico e trazida para o campo do histórico, de modo que o indivíduo não é considerado origem, mas, ao contrário, para tornar-se sujeito, ele ocupa uma posição e é o suporte das significações dessa posição; assujeita-se, portanto. Nesse sentido, é necessário frisar que assujeitar-se é condição indispensável para ser sujeito sob o prisma dessa vertente teórica. “Ser assujeitado significa, antes de tudo, ser alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos.” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 43).

Sendo assim, nenhum processo discursivo constrói significações individuais (ainda que essas ocorram com um indivíduo), pois tal processo sempre abrange um conjunto de relações significativas inseridas em um processo histórico, de modo que as significações são produzidas sempre a partir das posições que os sujeitos assumem e/ou com as quais se identificam para enunciar: as posições-sujeito são lugares de interpelação ideológica a partir dos quais o indivíduo se constitui em sujeito e nas quais esse sujeito se inscreve para significar (PÊCHEUX, 2009 [1975]). O sujeito de discurso está, assim, configurado por determinações que produzem identificação à certa posição, tornando-se determinado pelos efeitos de sentido que aquela posição apresenta como se fossem evidentes. A esse respeito, Lagazzi (2013) esclarece que conceber o sujeito como posição implica considerar a identificação, que consiste no processo de reconhecimento no desconhecimento ideológico, ou seja: “[...] desconhecimento imaginário que habita o “eu” em seu efeito de unidade, em suas certezas e na evidência dos sentidos. Desconhecimento da alteridade constitutiva do sujeito e dos sentidos.” (LAGAZZI, 2013, p. 317).

Identificando-se a uma posição sujeito, que aqui nomeio como “mulher em condição de violência conjugal”, as mulheres que procuram o Núcleo de Atendimento narram sobre suas vidas permeadas e constituídas por violências. Ao fazer isso, elas enunciam também sobre os sentimentos que experimenta(ra)m nessa condição. E muitos são os sentimentos enunciados naqueles relatos: medo, raiva, culpa, humilhação, amor, coragem, carinho, insegurança, ansiedade, arrependimento, entre tantos outros. Contudo, não se trata de enumerar e/ou descrever tais sentimentos, mas sim de olhar para o modo como eles são enunciados e discursivizados, produzindo, assim, efeitos de sentido a respeito da própria constituição do sujeito mulher em condição de violência conjugal.

Ao olharmos, discursivamente, para a enunciação dos sentimentos – e aqui, em específico, para o sentimento de humilhação – podemos pensá-los para além de aspectos puramente individuais e interpretá-los como mecanismos historicamente determinados. Assim, em consonância com Orlandi (2012), considero os sentimentos enquanto “práticas ideológico-discursivas” – e, conseqüentemente, como parte do processo de produção de sentidos sobre o sujeito mulher em condição de violência –, observando-os como elementos constitutivos de uma posição-sujeito; constitutivos, portanto, desse lugar de interpelação no qual o sujeito se inscreve para significar, tornando-se determinado pelos efeitos de sentido ali apresentados como “evidentes” (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Partindo dessa perspectiva, os sentimentos não estão, assim, relacionados a vontades ou a inclinações pessoais para alguns comportamentos recorrentes e nem mesmo a representações sociais, mas, compartilhando do posicionamento de Orlandi (2012), os sentimentos podem ser vistos enquanto processos de significação que, em condições de produção determinadas, significam pelo simbólico e pelo equívoco na linguagem e na história. Eles são, portanto, discurso.

Orlandi (2012, p. 219) explica que, sob a perspectiva materialista, os sentimentos “[...] são sentidos produzidos por uma prática ideológica, ou melhor, por uma ideologia que é uma prática”, enfatizando que “[...] a humilhação, ou outro sentimento, é um discurso, portanto é uma prática em que se confrontam o simbólico com o político.” (ORLANDI, 2012, p. 219). E se, visto sob esse prisma, o sentimento é uma prática, então não se trata de nenhuma reação comportamental, mas sim de uma relação simbólica estabelecida pela língua, na história, visto ser nas práticas discursivas que os processos de interpelação ideológica se manifestam em uma conjuntura histórica.

Desse modo, os sentimentos podem ser tomados enquanto construtos sócio-históricos – ou seja: eles não são produzidos aleatoriamente, mas são traços constitutivos de uma posição-sujeito –, podendo ser interpretados em uma relação enunciativa específica com as condições de produção e com as projeções imaginárias da referida posição. Assim, no caso deste recorte analítico, o sentimento de humilhação é enunciado em diálogo com e a partir das imagens de mulher relacionadas à sexualidade presentes na posição-sujeito mulher em condição de violência conjugal.

Considerando isso, é possível dizer que ser mulher, nesta posição, é ser um sujeito constituído pela humilhação, pois, na condição de violência, o parceiro humilha a mulher justamente nos lugares em que ela se projeta imaginariamente. Dessa forma, a humilhação funciona enquanto algo próprio de uma mulher que está, também ela, constituída pela violência na conjugalidade.

Ao refletir sobre a humilhação no campo da História, Ansart (2005) compreende que ela é “[...] uma *situação* particular na qual se opõem, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, e, do outro lado, um agente que sofre esta influência” e na qual não há reciprocidade entre quem “ferir” ou “ultraja” e quem sofre essa situação humilhante: existe, pois, um exercício de domínio “[...] em proveito do ator e em detrimento da vítima” (ANSART, 2005, p. 15, grifos do autor), o que sinaliza para o fato de que a humilhação é resultado de relações de poder entre atores sociais. A compreensão do historiador sobre a humilhação é de que ela representa uma das experiências da impotência daquele que se encontra em situação humilhante. Segundo ele,

Ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua auto-imagem, é não ser respeitado. O humilhado se vê e se sente diminuído, espoliado em sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta, atingido em seu orgulho e identidade, dilacerado entre a imagem que faz de si e a imagem desvalorizada ou difamante que os outros lhe infligem. (ANSART, 2005, p. 15).

Debruçando-me sobre o *corpus* de minha pesquisa, observei que a condição de violência que marca a mulher na conjugalidade produz a humilhação, a qual se dá em termos de *práticas* por parte de quem inflige a humilhação (o parceiro) e de *sentimentos* em quem se torna o alvo dessas práticas (a mulher). Por exemplo, uma das mulheres que me empresta sua voz durante a pesquisa afirma que o companheiro leva a namorada para a casa de ambos; outra, por sua vez, me conta que o marido a traiu com a mãe de sua vizinha. Desse modo, a traição – seja dentro ou fora de casa – figura como uma prática de humilhação realizada pelos autores da violência e se traduz em sentimento de humilhação na mulher.

Todavia, com o material de que disponho, não é possível analisar a presença da prática (enquanto ação) de humilhar alguém e nem atestar ou fixar algum possível significado para o ser humilhada, o sentir-se humilhada

e/ou o sofrer a humilhação em um relacionamento afetivo. O que os relatos me oferecem ao gesto de interpretação é sempre o modo como tal sentimento é enunciado e, portanto, discursivizado: o que interpreto é, pois, o processo de enunciação que produz a discursivização da humilhação como sentimento constitutivo de uma posição-sujeito.

Enunciar um sentimento é representá-lo pela linguagem, atualizando sentidos sobre ele. Isso implica colocá-lo em funcionamento na língua, estabelecendo fronteiras entre ditos e não-ditos, palavras e silêncios, sempre levando em conta o processo de interpelação ideológica que constitui o sujeito em uma posição. Desse modo, a enunciação dos sentimentos é tomada como efeito de formulações produzidas por sujeitos constituídos por sua inscrição em uma posição-sujeito no interdiscurso.

Ao inscrever-se em uma posição, o sujeito é tomado por uma relação de identificação/desconhecimento (PÊCHEUX, 2009 [1975]) que, na interpelação ideológica, faz com que esse sujeito se identifique com as formações imaginárias fornecidas pela posição, desconhecendo que a forma como tais imagens estão recortadas e estabilizadas poderiam ser diferentes e produzir outros modos de significar, a partir de outros recortes históricos. Como declara Pêcheux (2009 [1975], p. 146), o sentido de uma palavra não existe “[...] em sua relação transparente com a literalidade do significante [...]”, mas é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são (re)produzidas.

Em se tratando da conjugalidade, os (des)afetos que constituem os sujeitos se formulam também em relação à sexualidade da mulher amante/desejante (aquela que quer amar e ser amada, desejar e ser desejada – também sexualmente – pelo parceiro). Assim, ter anseios, ter vida sexual, ter vida social são enunciados, nos relatos, como algumas das condições do ser mulher. Nesse sentido, ao relatarem suas histórias, as mulheres falam, entre tantas coisas, da violência sexual e das humilhações no tocante à sexualidade, ao mesmo tempo em que produzem uma afirmação de si enquanto sujeito que tem desejos e os assume. Consequentemente, quando tais desejos não são assumidos igualmente pelo parceiro, na conjugalidade, enuncia-se e discursiviza-se o sentimento de humilhação.

A violência que perpassa essa posição-sujeito acaba com os anseios, desejos, prazeres e relacionamentos que significam a mulher enquanto sujeito amante/desejante, o que se materializa no fio do dizer:

[...] eu não tinha:: anseios nenhum:: já num... pra mim a vida sexual já não existia::... a vida social::... também não tinha... (Clara, 38)².

Nessa matriz de sentidos, são também formuladas imagens do que seriam o parceiro da relação conjugal e a própria conjugalidade, em termos daquilo que se espera do outro e do relacionamento. Em virtude dessas imagens, é possível enunciar a humilhação, uma vez que os sentimentos acontecem determinados sócio-historicamente: quando seu companheiro e seu relacionamento não podem ser, por ela, significados a partir dos já-ditos que sustentam essa posição-sujeito, são produzidos efeitos de humilhação sobre a mulher:

[...] eu... não tenho ninguém... .. nunca tive assim... um companheiro que me disse assim::... assim::... não que eu queira um homem que me dê:: tudo de dentro de casa porque eu gosto de trabalhar... .. mas uma pessoa assim que me escuta... me ouça... me fala assim... o que você precisar... vamos fazer juntos... sei lá... construir alguma coisa... um sonho né... sei lá... (Beatriz, 25).

O laço afetivo que a mulher estabelece com o parceiro fica enunciado, no relato de Beatriz, pelo *sonho* de um casamento no qual o homem seja seu *companheiro* – não para *dar* coisas à mulher, mas para *construir* coisas com ela. O gesto de *construir* aponta para sentidos de união, que é dada, sob essa matriz de sentidos, como “certa” para que haja um casamento. Esse *construir* fica complementado, ainda, no fio da sintaxe, pela expressão *alguma coisa*, cujo efeito aponta para algo que, em princípio, não é determinado, contudo efetiva-se em *um sonho né... sei lá... ..*³.

Esse sonho de construir algo conjuntamente é a imagem que se projeta para o casamento e que se imbrica à imagem do *companheiro*: alguém que *ouça* e que se disponha a estar junto da mulher para o que ela

² Todos os nomes das mulheres são fictícios. O número que aparece após o nome corresponde à idade da mulher quando os relatos foram coletados, em 2013, por ocasião da pesquisa de doutorado. Saliento que a obtenção desse material obedeceu aos protocolos da ética em pesquisa, tendo sido o projeto aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas (Parecer nº 183.054, de 18/12/2012).

³ A “transcrição” das falas das mulheres participantes foi direcionada pelas normas do Projeto NURC, mas, em virtude dos objetivos da pesquisa, foram realizadas adaptações especialmente no tocante à marcação das pausas. Vale ressaltar, no entanto, que, como o escopo desta análise incide sobre as palavras e expressões humilhantes, mecanismos como pausas, prolongamentos silábicos e ênfases prosódicas não serão aqui abordados.

precisar. Concebendo dessa maneira o casamento e o companheiro, o sentimento de humilhação se discursiviza quando tais imagens se despedaçam e/ou não se realizam, uma vez que *eu... não tenho ninguém... .. nunca tive assim... um companheiro que me disse assim::... assim::...* No fio intradiscursivo do relato de Beatriz, os advérbios de negação “não” e “nunca”, aliados ao pronome indefinido “ninguém”, bem como à repetição da expressão indefinida “sei lá”, atuam no sentido de produzir essa quebra das imagens do companheiro e do casamento. Diante dessas imagens, a violência humilha essa mulher amante quando, na conjugalidade, não existe o outro, *um companheiro [...] uma pessoa assim que me escuta... me ouça... me fala assim... o que você precisar... vamos fazer juntos... sei lá...*

A ausência desse outro – o companheiro, tal como imaginariamente projetado pela posição-sujeito – sinaliza para efeitos de humilhação também quando se fala especificamente da relação desejante e da vivência da sexualidade entre o casal:

ANA PAULA: e o que significa pra senhora se sentir mulher?

BÁRBARA: é me sentir LIBERTA é liberDAde... saber que não é ISSO.. o casaMENTo saber que não é isso o caSAL... saber que ter relação transar não é isso né de “deita lá que eu vou usar você”... .. é fazer amor é curtir a vida é ter outra... é ter um namorado... é sair andar de mão dada por aí é um respeitar o outro... é ter um carinho... entendeu bem... é um dormir do lado do outro – coisa que eu nunca tive com ele – ter um abraço... um preocupar com o outro... é flores... (Bárbara, 47).

Assim, os laços conjugais são também sinalizados por Bárbara pela “liberdade” que se refletiria em “sentir-se mulher”, sabendo que *não é ISSO.. o casaMENTo saber que não é isso o caSAL... .* O pronome *isso* faz alusão, neste caso, à violência que acaba com a conjugalidade, com o *casal*, com o respeito que se espera do outro em um relacionamento no qual *ter relação transar não é isso né de “deita lá que eu vou usar você”... .. é fazer amor [...] é um respeitar o outro... é ter um carinho... [...] é um dormir do lado do outro – coisa que eu nunca tive com ele* (Bárbara, 47). Dessa forma, a conjugalidade fica enunciada em plural: “nós”; mas a violência desata esse laço e, nessa posição-sujeito, oprime e humilha a mulher desejante, transformando-a até mesmo em objeto que pode ser usado, sob a retomada do discurso do outro que lhe diz: “*deita lá que eu vou usar você*”. Portan-

to, na relação conjugal constituída pela violência, a humilhação também é um sentimento que constitui esse sujeito mulher.

Tendo visto algumas das imagens construídas a respeito do outro, do casamento, da sexualidade e do desejo desse sujeito mulher na condição de violência conjugal, passo agora a percorrer a formulação das palavras humilhantes advindas do parceiro na relação conjugal e retomadas pela mulher nos relatos, vez que tais designações a ela atribuídas são algumas das formas materiais que me permitem dizer que está sendo enunciado e discursivizado o sentimento de humilhação. Assim, proponho-me a traçar um percurso de interpretação que, neste recorte específico, incide sobre as designações humilhantes do parceiro a respeito da mulher relativamente à sua sexualidade, em sua condição de mulher amante/desejante.

A humilhação pela palavra: “eu não sou carne podre”

Para abordar discursivamente a humilhação na linguagem é necessário atentar-se para o modo como o sujeito coloca em funcionamento um discurso sobre a humilhação, jogando com o que é dito e com o que é silenciado no processo discursivo da formulação das narrativas, possível a partir da matriz de sentidos legitimada por aquela posição-sujeito.

Todo discurso se materializa na língua por meio das formulações a respeito de um objeto discursivo, construindo, assim, esses objetos. Ao abordar a importância da formulação, Orlandi (2008, p. 9-10) ressalta que “[...] é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que o sujeito se mostra (e se esconde) [...]. Formular é dar corpo aos sentidos”. E complementa que esse gesto efetiva “o momento em que o sujeito diz o que diz”, assumindo-se como autor e representando-se na origem do dizer com sua responsabilidade, suas necessidades, seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação.

Para ver como ganham corpo, na condição de violência conjugal, os sentidos sobre a humilhação, cabe considerar que, discursivamente, todo dizer se constitui no ponto em que atravessa o interdiscurso. Desse modo, “[...] os significantes não estão soltos, eles se realizam na historicidade e se espacializam na medida em que se coloca o discurso em texto” (ORLANDI, 2008, p. 94). Ao analisar uma formulação no campo do dizer é necessário, pois, pensar a língua em sua ordem significativa e não apenas em sua organização sintática, estrutural; é necessário pensar o funcionamento da língua, em que estrutura relativamente autônoma e História se encontram

para constituir os sentidos. Como ressalta Orlandi (1998), o importante para estudarmos a produção de sentidos, na língua, é o que a estrutura sintática pode nos fazer compreender a respeito dos mecanismos de produção que funcionam nessa estrutura enquanto ordem significante.

No fio da sintaxe dos relatos, considerando o campo do que é dito, levemos, então, em conta a enunciação da humilhação pela retomada que a mulher (sujeito enunciador) faz da palavra do outro a respeito dela.

Enunciar a fala do outro é representar, discursivamente, a divisão do sujeito, sinalizando para a sua alteridade constitutiva. Ao trazer para o relato a voz do outro, o sujeito enunciador inscreve esse outro na sequência do discurso, produzindo casos de “heterogeneidade mostrada” (AUTHIER-REVUZ, 1990), e que ficam situados no campo daquilo que é dito, vez que, nos relatos, essas vozes são reproduzidas, em geral, por discurso direto ou pelo discurso indireto livre e representam a enunciação do outro sobre a mulher. Esse mecanismo de inserir no discurso uma outra voz, marcada na materialidade linguística, e significar-se – seja para identificar-se ou não ao discurso trazido por aquela voz – a partir dessa voz é uma constante no *corpus* desta pesquisa.

Para refletir sobre essa voz do outro que fica marcada explicitamente no intradiscurso, optei por trazer este longo trecho, sem cortes, de um dos relatos que mais me marcou em termos de retomadas de vozes e de designações enunciadas pelo parceiro para significar a mulher a partir da humilhação relativamente à imagem da mulher amante/desejante. É o relato da mulher que chamei de Bárbara (porque, se eu pudesse designá-la com um elemento qualificador, eu diria que ela é, realmente, bárbara) e de cuja voz ainda me recordo:

[...] ele fala assim:... “eu QUERO me deitar com você” e eu falo assim: “NÃO comigo você não vai se deitar MAIS”... daí eu acho que:... ele se tornou um MONSTRO... dentro dele... um maniaco... toda vez:: que:... ele me olhava... ele dizia assim: “Você não quer transar comigo... porque você é uma mulherZinha porque você é vulgar... porque você é uma mulher de rua... você transa com um... com outro... você já transou com beltrano e com cicrano... mas não comigo”... eu falei assim: “NÃO... não vou transar com você”... eu acho que isso tornou ele doENTE... raivoso... .. né... tornou ele um cão raivoso uma pessoa doente:... né::

ANA PAULA: Mas por que que você decidiu assim não ter mais relacionamentos com ele?

BÁRBARA: porque::... ele chegou em mim e disse que eu e-ra:: mulher de rua..... que eu era vagabunda... e carne PODre... .. e eu falei pra ele: “então:: se eu sou carne podre você não tem que se deitar com essa mulher que é carne podre... você tem direito a ter outra mulher melhor do que eu... você não precisa se deitar comigo... se eu sou carne PODre... CO-Mlgo você não deita mais você não vai coMER dessa carne PODre... procura uma carne meLHOR uma carne de primeira”... .. aí eu decidi que CO-migo ele não vai deitar mais.

ANA PAULA: E faz tempo isso?

BÁRBARA: Ah já tem um tempinho que ele repete essas palavras pra mim... essas frases... é repetitivo... tem uns dois anos... e nós somos separados de QUARto e essas frases ele sempre rePEte::... carne PODre vagaBUNda mulher de rua... mulher que deita com qualquer um... que vive com tudo quanto é::... tipo de gente... e eu falo pra ele: “se eu sou uma mulher TÃO... ordiNÁria assim o que que você quer comigo? porque você tem que se deitar comigo? Com tanta mulher que tem? Com tantas outras mulheres”... É sempre aquela agreSSÃO... se ele/ele sempre se aproxima de mim dirigindo a mim como mulher de RUa... como a piOR... mulher entendeu bem... aí eu disse pra mim: “eu posso ser a piOR mulher... mas comigo você não vai se deitar mais” entendeu bem... isso me machucou MULto... carne PODre... .. entendeu bem... .. ((voz embargada)) carne podre é uma palavra::... bem FORte... então se eu sou carne podre porque que você tem que se deitar? Mesmo que eu tivesse ganhando:: dinheiro... .. teve várias vezes que ele falou: “você quer TANTo?... .. Só você se deitar você ganha... .. eu cubro a CAsa eu compro o que quiSER eu organizo isso eu organizo a CAsa ponho TUDO que precisar pros filhos... é SÓ você se deitar”... .. aí ele tava me/se pondo a mim como prostituta:: como carne PODre... .. aí eu disse assim: “eu NÃO sou carne PODre eu NÃO vou me deitar com você”... há dois anos que eu sou separada de quarto com ele... – é lógico que eu me deitei com outras pessoas... eu sou ser humano – mas com ele eu disse: “eu NÃO vou mais me deitar com você”... eu tinha um namoradinho aqui... me deitei com outras pessoas sim... mas com ele eu disse pra mim: “NÃO... .. com Ele NÃO”... ele disse assim pra mim: “você é uma orguLHOsa”... eu não sou orgulhosa... mas a partir do momento que ele olhou pra mim e me disse “você é uma carne PODre” () você não vai comer mais dessa carne PODre... Ele me humilhou de várias vezes... de vários JEItos... e não foi uma vez só era frequente... era frequente... hoje eu e minha filha sustentamos a casa... ele não coloca NAda dentro de casa...

ANA PAULA: mas ele está lá?

BÁRBARA: ele está lá... ele tem uma::... uma namoRAda... há cinco meses... ele está lá... ... e chega joga as coisas joga tudo que quer... ele se encontra lá... (Bárbara, 47).

Nesse relato de Bárbara, as designações dadas a ela por seu parceiro – “mulherzinha”, “mulher vulgar”, “mulher de rua”, “vagabunda”, “carne podre”, “mulher que transa com um, com outro”, “mulher que deita com qualquer um”, “mulher que vive com tudo quanto é tipo de gente”, “a pior mulher”, “mulher orgulhosa” – constituem marcas de um processo de produção de um referente discursivo (PÊCHEUX, 2010 [1969]). Não precisariam ser, necessariamente, essas as marcas; poderiam ser outras, pois tais formulações não são o referente discursivo, são as *designações* desse referente e, como tais, o constituem.

Quando o homem que vive com Bárbara utiliza todas essas designações para dirigir-se a ela, para falar dela, cria-se um efeito de sentido de que ela é uma mulher desprezível, uma mulher “que não presta”. O referente discursivo criado aqui é esse sentido ao qual, pelas designações, se pode chegar. Sendo assim, o referente é sempre efeito de um processo discursivo e “[...] se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 82, grifos do autor). Em matéria de linguagem, não temos “coisas”, temos o modo de produzir a referência, que não coincide com as coisas como elas são, uma vez que o real só existe discursivizado.

E, com as designações humilhantes que o companheiro usa para referir-se à Bárbara, este sujeito também é discursivizado como alguém desprezível, “podre”. Temos, assim, a constituição simultânea dos sujeitos e dos sentidos. Dessa forma, todo esse processo discursivo que constrói o sujeito como alguém “que não presta, que é podre e pode, portanto, ser jogado fora” humilha a mulher em virtude da posição na qual ela se inscreve para interpretar a enunciação do outro. Ou seja, quando o sujeito mulher se identifica com os sentidos de ser mulher amante/desejante a partir dos trajetos imaginários possíveis pela posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, pode-se falar de humilhação; se as condições de produção e a matriz de sentidos fossem outras, talvez o efeito pudesse ser diferente. Mas esse sujeito se constitui sob uma matriz de sentidos na qual a mulher casada deve ser amada e respeitada, inclusive e especialmente em sua sexualidade e, dessa forma, em face do modo como o parceiro usa frequentemente a linguagem para referir-se a ela – *ele repete essas palavras*

pra mim... essas frases... é repetitivo... [...] Ele me humilhou de várias vezes... de vários JEltos... e não foi uma vez só era frequente... era frequente... – é que se discursiviza o sentimento de humilhação que constitui o sujeito nessa posição.

As posições-sujeito são lugares de interpelação ideológica a partir dos quais o indivíduo se constitui em sujeito e nas quais esse sujeito se inscreve para significar (PÊCHEUX, 2009 [1975]). O sujeito de discurso está, assim, configurado por determinações que produzem identificação à determinada posição, de modo que o sujeito torna-se determinado pelos efeitos de sentido que aquela posição apresenta como se fossem evidentes. Assim, a violência que se materializa pela humilhação acontece, justamente, porque, na conjugalidade, a mulher tem o anseio de uma sexualidade vivenciada pela troca e pelo tratamento de amor e de desejo mútuos. Como não ocorre essa contraparte e as designações que o outro usa para se referir a ela criam um referente discursivo de valor negativo, a humilhação fica discursivizada como parte dessa mulher que ocupa essa posição de “mulher em condição de violência conjugal”.

Contudo, a retomada da voz humilhante do outro produz ainda, nesse relato, um efeito de sentido distinto, que aponta para um processo de resistência da mulher em face da humilhação discursivizada pela construção desse referente discursivo “vil”, “podre”, “que não presta”. Ou, nas palavras de Bárbara: *eu falo pra ele: “se eu sou uma mulher TÃO... ordiNÁ-ria assim o que que você quer comigo? por que você tem que se deitar comigo? (grifo meu).*

Esse processo é muito significativo na medida em que o sujeito que se torna o alvo dessas designações apropria-se do dizer do outro e inverte os valores dessa construção discursiva depreciativa para poder, pelo próprio dizer do outro, distanciar-se da humilhação. Cria-se, portanto, um movimento subjetivo de se apropriar do insulto para inverter os valores e, dessa forma, sinalizar para um movimento de resistência, “[...] não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir.” (ORLANDI, 2012, p. 234). E Bárbara, enquanto suporte das significações da posição-sujeito que ocupa, teima e teima e teima... E, assim, existe, resiste e se afirma enquanto mulher forte que é, mesmo sendo referenciada como “carne podre”, essa *palavra:.... bem FORte....que a machucou MUIto...*, deixando até mesmo embargada sua voz e lacrimejantes os seus olhos no momento de atualizar essa memó-

ria que, mesmo em meio à angústia de lembrar a humilhação, ela me dava a conhecer.

O discurso que sustenta a humilhação ocasionada pela criação desse referente “desprezível”, por exemplo, a partir de todas aquelas designações, poderia ser dito da seguinte forma: “se você é carne podre, então vou te jogar fora”. Mas, na medida em que o sujeito se apropria da fala do outro e a desloca, ele se apoia em outro discurso e muda essa significação diante da humilhação pela inversão daquele discurso que sustentava a enunciação humilhante do outro sobre ela. O sujeito apoia-se, assim, em um discurso outro, que sustentará diferentemente os sentidos sobre a humilhação, e que poderia ser descrito como: “se eu sou carne podre, você não me merece”. Esse discurso, agora ressignificado, fica, inclusive, articulado na sintaxe enunciada por esse sujeito:

[...] e eu falei pra ele “então:: se eu sou carne podre você não tem que se deitar com essa mulher que é carne podre... você tem direito a ter outra mulher melhor do que eu... você não precisa se deitar comigo... se eu sou carne PODre... CO-Mlgo você não deita mais você não vai coMER dessa carne PODre... procura uma carne melHOR uma carne de primeira”... ... (Bárbara, 47).

Nesse sentido, pela retomada e inversão do dizer do outro, é construído um movimento subjetivo de se aproveitar da designação que lhe fora atribuída pelo outro para inverter o valor daquela designação e construir um novo valor para si: é construída uma ressignificação sobre a humilhação. Em retomadas assim, eu ousaria dizer que se constrói, como materialização de um processo de resistência, um efeito de coragem para esse sujeito antes humilhado nessa posição. Coragem que supera a condição humilhante e o medo que esta poderia causar ao sujeito para criar uma tomada de posição na qual o sujeito se encontra em movimento de contraidentificação (PÊCHEUX, 2009 [1975]), mesmo permanecendo nas categorias do outro: *ai eu disse assim: “eu NÃO sou carne PODre eu NÃO vou me deitar com você”*.

Dessa forma, olhar para os relatos das mulheres em condição de violência conjugal sinaliza para o fato de que os sentimentos são da ordem da constituição do sujeito em determinado lugar de interpelação ideológica – eles são constitutivos de uma posição-sujeito – e se configuram enquanto objetos de efeitos paradoxais, em que o simbólico e o político se confrontam para produzir sentidos.

Últimas palavras: resistir para “voltar sempre inteira”

Tendo observado como o gesto de retomar a palavra humilhante do outro, na enunciação, produz sentidos sobre o sentimento de humilhação enquanto elemento constitutivo da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, gostaria, para produzir um fechamento provisório a esta reflexão, de retomar os versos de Cecília Meireles usados na epígrafe deste trabalho, sobretudo estes: “aprendi com as primaveras a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira”. Tais versos me tocam profundamente na medida em que produzem significados sobre o modo pelo qual o sentimento de humilhação marca e constitui a mulher na condição de violência conjugal, ao mesmo tempo em que me remetem às memórias e às narrativas das mulheres com quem convivi ao longo da pesquisa que, junto delas, pude realizar.

A palavra do outro a respeito da mulher funciona como instrumento que “corta” a dignidade das mulheres, aniquilando-as em seu próprio “ser e sentir-se” mulher. Desse modo, ao serem enunciadas essas designações humilhantes, temos, na formulação, a enunciação do sentimento de humilhação que constitui esse sujeito mulher.

Contudo, é necessário ter em mente que os sentidos e os sujeitos são constituídos pela contradição e, desse modo, conseguem, pelas representações imaginárias que têm sobre si enquanto mulheres constituídas pela violência, encontrar novamente a “força de mulher”, reafirmando aquele pré-construído da força feminina que não deixa de produzir seus efeitos nem mesmo diante da condição humilhante. E, dessa forma, ao enunciar a humilhação, pela retomada das designações do outro sobre ela, o sujeito pode também posicionar-se e enunciar sua força e sua coragem. Assim, quando a voz humilhante do outro é trazida para o relato da mulher e ela toma aquelas designações que a humilham para reverter-lhes os efeitos, são produzidos, na trama discursiva, efeitos de coragem para um sujeito mulher que não se permite perecer na humilhação, mas, deixando-se cortar, volta inteira, sempre disposta a recomeçar de muitos modos, sempre pronta a inverter o discurso do outro, assumindo sua condição feminina de resistência:

[...] “eu NÃO sou carne POdre eu NÃO vou me deitar com você”... há dois anos que eu sou separada de quarto com ele... [...] me deitei com outras pessoas sim... mas com ele eu disse pra mim: “NÃO... ... com Ele NÃO”... (Bárbara, 47).

Desse modo, o movimento de retomar, nos relatos, a palavra do outro implica um deslocamento de sentidos: é como se houvesse uma “aceitação” preliminar e provisória dos sentidos produzidos pelo discurso humilhante para negar aqueles sentidos e produzir um movimento de resistência: resistência à humilhação que constitui esse sujeito nessa posição, bem como resistência a todas as formas de violência contra a mulher.

Referências

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. *In*: MARSON, Isabel; NAXARA, Marcia. **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 15-30.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas-SP, n. 19, p. 25-42, jul./ dez., 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 04 jun. 2020.

LAGAZZI, Suzy. Delimitação, inversões e deslocamentos em torno do Anexo 3. *In*: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson C.; TASSO, Ismara (Org.). **Estudos do texto e do discurso. O discurso em contrapontos**: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013, p. 311-331.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria-RS, n. 27, p. 39-46, jul./ dez., 2003. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896/7318>. Acesso em: 16 maio 2016.

ONU. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Nova York, 1979. In: BRASIL. Alice Libardoni (Coord.). Secretaria de Estado dos direitos da Mulher – SEDIM. **Direitos humanos das mulheres... em outras palavras**: subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações. Brasília, DF: AGENDE, 2002.

ORLANDI, Eni P. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas-SP: Pontes, 2012, p. 213-234.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.

ORLANDI, Eni P. O próprio da Análise do Discurso. **Escritos 3**: Discurso e política. Campinas-SP: Laboratório de Estudos Urbanos - LABEURB - NUDECRI - UNICAMP, n. 3, p. 11-13, 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD - 69) [1969]. In: GADDET, Françoise e HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Trad.: Bethânia S. C. Mariani [et al.]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [1975]. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009.

PERON, Ana Paula. **Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos**: um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal, 2016. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2016.